



DETAN/RS
Protocolo: 102338
18 SET 2017
Folha nº _____
Rubrica: _____

CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA REGULADA, FIRMADO ENTRE A COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, CONSTANTE NO EXPEDIENTE INTERNO Nº 49447/2012. UC: 63207028

Pelo presente instrumento particular, as PARTES, **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D**, sociedade de economia mista, concessionária de serviço público de energia elétrica, doravante denominada simplesmente “**CEEE-D**”, com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio "A1", 7º andar, sala 721, em Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.467.115/0001-00, representada por seus representantes legais, os quais, ao final, assinam na forma estatutária, e Departamento Estadual de Trânsito, doravante denominada simplesmente “**CONSUMIDOR**”, estabelecida no endereço Av. Júlio de Castilhos, 505, na cidade de Porto Alegre – RS, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01935819000103, Inscrição Estadual n.º, representada, conforme determinação do Contrato/Estatuto Social, por seus procuradores signatários.

CONSIDERANDO:

- Que a CEEE-D opera e mantém um sistema de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão e participa do sistema interligado;
- Que a CEEE-D dispõe da quantidade de energia requerida pelo CONSUMIDOR;
- O presente contrato se sujeita às disposições da Lei nº 8.666/93 e Lei 13.303/2016, no que couber;
- Ato autorizativo nº 000337.2444.17-7.
- Este contrato está vinculado ao processo de dispensa de licitação nº 001134-2444/17-0.

A CEEE-D e o CONSUMIDOR decidem celebrar o presente **CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA – “CCER”**, em conformidade com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

Para o efeito de permitir o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada no presente CONTRATO, fica acordado, desde já, entre as partes, o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

ACR - AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA : mercado regulado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, através de processos de licitação ou leilão, ressalvados os casos previstos em lei, de acordo com as regras e procedimentos de comercialização específicos.

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;

CUSD – CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: contrato firmado pelo CONSUMIDOR com a CEEE-D o qual estabelece os termos e condições para o uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

[Handwritten signature and initials in blue ink]



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

CICLO DE FATURAMENTO: intervalo de tempo de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias entre a data da leitura do medidor de energia elétrica e a data da leitura no mês seguinte, de acordo com o calendário a ser definido pela CEEE-D;

MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA VERDE: aplicada às unidades consumidoras do grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência;

MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA AZUL: aplicada às unidades consumidoras do grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de acordo com as horas de utilização do dia;

MUSD (DEMANDA) – MONTANTE DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO montante, em KW, de potência elétrica colocada à disposição do CONSUMIDOR pela CEEE-D, nos postos tarifários ponta e fora ponta, integralizado em intervalos de 15 (quinze) minutos, durante o período de tempo definido no presente CONTRATO;

ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: montante devido à CEEE-D pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica pelo CONSUMIDOR;

ENERGIA CONTRATADA: é o montante em megawatt-hora (MWh) contratado para determinado mês e colocado à disposição do CONSUMIDOR no ponto de entrega;

ENERGIA FATURÁVEL: é a energia contratada ou medida no ponto de entrega, que o CONSUMIDOR pagará a CEEE-D na nota fiscal / conta de energia elétrica;

ENERGIA MEDIDA: quantidade de energia elétrica ativa verificada por meio de medição no ponto de entrega, expressa em watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

FATOR DE POTÊNCIA: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado;

FATURAMENTO DE ENERGIA: é o valor mensal devido em reais (R\$), resultante do produto da energia faturável pelas tarifas de energia (TE) vigentes, definidas pela ANEEL;

INSTALAÇÕES DE CONEXÃO: instalações e equipamentos com a finalidade de interligar as instalações próprias do CONSUMIDOR ao sistema de distribuição, compreendendo o ponto de conexão e eventuais instalações de interesse restrito;

PONTO DE CONEXÃO (Ponto de Entrega): conjunto de equipamentos e materiais que se destinam a estabelecer a conexão elétrica entre as instalações de propriedade do CONSUMIDOR com o sistema de distribuição de propriedade da CEEE-D;

POSTO TARIFÁRIO: período de tempo em horas para aplicação das tarifas de forma diferenciada ao longo do dia;

POSTO TARIFÁRIO PONTA: período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas, entre 18:00 horas e 21:00 horas, com exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, "Corpus Christi", e os demais feriados definidos por lei federal;

POSTO TARIFÁRIO FORA PONTA: período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no posto tarifário ponta;



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

PRODIST - PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO : manual de procedimentos que objetiva a normatização e a padronização das atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica

PROCEDIMENTOS DE REDE: conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais de medição e de qualidade da energia aplicáveis à REDE BÁSICA e aprovados pela ANEEL;

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: instalações destinadas à distribuição de energia elétrica componentes dos ativos da área de concessão ou permissão da CEEE-D;

SIN – SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL: sistema composto pelas Instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país, interligadas eletricamente; também chamado de sistema elétrico interligado ou sistema interligado;

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente CONTRATO, celebrado pela CEEE-D e CONSUMIDOR, objetiva regular os direitos e obrigações das PARTES referentes à compra e venda de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (ACR), na MODALIDADE Horária Verde, em sua unidade situada na Av. Cel Aparício Borges, 2264, na cidade de Porto Alegre – RS, CNPJ nº 01935819000103, IE , observados os montantes adiante definidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – MONTANTES CONTRATADOS

Os montantes mensais de energia elétrica contratados são definidos de acordo com a energia total medida no ciclo de faturamento, e faturados conforme o disposto na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA QUARTA – MEDIÇÃO

A responsabilidade financeira e técnica pelo fornecimento e instalação dos equipamentos de medição é da CEEE-D, sendo do CONSUMIDOR a responsabilidade de implantação e adequação do padrão de entrada de energia.

Parágrafo Primeiro: Os padrões técnicos e os procedimentos para projeto, especificações, aferição, instalação, adequação, leitura, inspeção, operação e manutenção do sistema de medição devem atender aos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

Parágrafo Segundo: A CEEE-D efetuará mensalmente as leituras dos medidores de demanda, energia elétrica ativa e/ou reativa, na UNIDADE CONSUMIDORA em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, de acordo com o calendário próprio, que será atualizado nas respectivas datas fixadas para as leituras expressas na fatura, na qual serão apresentados os dados obrigatórios. A medição será feita com intervalo de integralização de 15 (quinze) minutos, e será obtida por meio de sistema de medição apropriado, em consonância com os critérios e disposições contidas na legislação específica, correlacionadas com o assunto.

Parágrafo Terceiro: O CONSUMIDOR deve proporcionar à CEEE-D acesso imediato, livre e fácil ao sistema de medição sempre que for solicitado.

Parágrafo Quarto: Os compartimentos destinados ao sistema de medição serão lacrados pela CEEE-D, não podendo o CONSUMIDOR intervir, nem permitir que outros intervenham em tal sistema, sem prévia e expressa autorização da CEEE-D.



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

Parágrafo Quinto : É responsabilidade do CONSUMIDOR manter a custódia dos equipamentos de medição da distribuidora, na qualidade de depositário a título gratuito, sendo responsabilizado por eventual rompimento do respectivo lacre, por danos comprovados nos referidos medidores e que acarretem em registros de consumos e/ou demandas inferiores aos reais, por procedimentos irregulares ou danos que decorram de deficiência técnica das instalações elétricas internas do imóvel do CONSUMIDOR, aplicando-se, neste caso, as disposições relativas às condições gerais de fornecimento, estabelecidas pela ANEEL.

CLÁUSULA QUINTA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

O faturamento da energia elétrica ativa corresponderá ao montante de energia elétrica medido no ciclo de faturamento, observado o respectivo posto tarifário, quando aplicável, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FEA(p) = EEAM(p) \times TEcomp(p)$$

Onde:

$FEA(p)$ = faturamento da energia elétrica ativa, por posto tarifário “p”, em Reais (R\$);

$EEAM(p)$ = montante de energia elétrica ativa medido em cada posto tarifário “p” do ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

$TEcomp(p)$ = tarifa final de energia elétrica ativa homologada por posto tarifário “p”;

Parágrafo Primeiro: O faturamento mensal de energia elétrica será objeto de uma única Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica emitida pela CEEE-D e apresentada ao CONSUMIDOR, devendo ser paga até o 5.º (quinto) dia útil seguinte à apresentação da referida fatura, em agentes credenciados pela CEEE-D.

Parágrafo Segundo: A cobrança de acréscimos moratórios definidos na CLÁUSULA SEXTA, a qual dispõe acerca do atraso no pagamento da fatura de energia elétrica, será efetuada no faturamento seguinte.

Parágrafo Terceiro: Todos os pagamentos devidos pelo CONSUMIDOR deverão ser efetuados sem qualquer tipo de ônus e deduções não autorizadas.

Parágrafo Quarto: As divergências eventualmente apontadas no faturamento, não afetarão os prazos para pagamentos do faturamento mensal nos montantes faturados, devendo a diferença, se houver, ser compensada no faturamento mensal subsequente, podendo ser compensadas no próprio mês em face de acordo de ambas as partes.

Parágrafo Quinto: Eventuais descontos serão aplicados conforme disposto em legislação específica.

Parágrafo Sexto: O não pagamento da Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica até a data estabelecida para seu vencimento caracterizará desinteresse na continuidade do fornecimento de energia elétrica, ensejando, além de multa e acréscimos previstos abaixo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, após prévia comunicação formal.

Parágrafo Sétimo : A despesa do CONSUMIDOR com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

Unidade Orçamentária: 44.01

Atividade/Projeto: 4279

Elemento: 3.3.90.39

Recurso: 8000

Rubrica: 3918

Empenho: 17003321198

CLÁUSULA SEXTA – MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

Fica caracterizada a mora quando o CONSUMIDOR deixar de liquidar a Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica na data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro: Caso haja atraso no pagamento de qualquer Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica emitida, com base no presente CONTRATO, incidirão sobre as parcelas em mora os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso;
- b) juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, calculados *pro rata die* sobre o valor apurado com multa;
- c) atualização monetária *pro rata die*, pela variação acumulada do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, do mês anterior ao do vencimento até o dia do efetivo pagamento ou, no caso de extinção, outro índice equivalente que venha a substituí-lo.

Parágrafo Segundo: Será considerada nula qualquer variação negativa do IGP-M, para a composição do índice de atualização a ser aplicado.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

No caso de inadimplência pelo CONSUMIDOR de 1 (uma) fatura mensal em um período de 12 (doze) meses, a CEEE-D, em garantia ao fiel cumprimento das obrigações do presente CONTRATO, pode condicionar a continuidade do uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ao oferecimento de garantia pelo CONSUMIDOR, limitada ao valor inadimplido.

Parágrafo Primeiro : A garantia deve ser mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do consumidor, e vigorar pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida.

Parágrafo Segundo Quando oferecidos mediante depósito-caução em espécie, os valores correspondentes às garantias devem ser creditados nas faturas subsequentes, ao seu término, e atualizados monetariamente pelo IGP-M.

Parágrafo Terceiro Caso a garantia seja rescindida antecipadamente por razões imputáveis ao CONSUMIDOR e/ou seja executada pela CEEE-D, o CONSUMIDOR deve substituí-la por outra de igual teor e forma no prazo de até 15 (quinze) dias após notificação da CEEE-D.

Parágrafo Quarto O descumprimento das obrigações dispostas neste artigo enseja a suspensão do fornecimento da unidade consumidora ou o impedimento de sua religação.

CLÁUSULA OITAVA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Caso alguma das partes não cumpra qualquer de suas obrigações por motivo de caso fortuito ou força maior, o presente contrato não se extinguirá, permanecendo em pleno vigor, porém, a obrigação afetada ficará suspensa por tempo igual ao da duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

CLÁUSULA NONA- SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Observadas as disposições disciplinadas na legislação vigente e sem prejuízo das demais penalidades previstas neste CONTRATO, a CEEE-D poderá suspender fornecimento de energia elétrica ao CONSUMIDOR.

Parágrafo Primeiro: É facultado à CEEE-D a suspensão do fornecimento de energia, de **imediato e sem necessidade de notificação prévia**, quando:

(I) constatado o fornecimento de energia elétrica a terceiros por aquele que não possua outorga federal para distribuição de energia elétrica, interrompendo a interligação correspondente, ou, havendo impossibilidade técnica, suspendendo o fornecimento da unidade consumidora da qual provenha a interligação;

(II) constatada deficiência técnica ou de segurança na unidade consumidora que caracterize risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico;

(III) o CONSUMIDOR deixar de submeter previamente o aumento da carga ou de geração instalada que exigir a elevação da potência disponibilizada à apreciação da CEEE-D, desde que fique caracterizado que o aumento de carga prejudique o atendimento a outras unidades consumidoras;

(IV) quando constatada pela CEEE-D, a prática de procedimentos irregulares quando não seja possível a sua verificação e regularização imediata do padrão técnico e da segurança do sistema elétrico;

(V) houver religação à revelia.

Parágrafo Segundo: Especificamente na ocorrência das hipóteses descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo primeiro, a CEEE-D deve informar o motivo da suspensão ao consumidor, de forma escrita, específica e com entrega comprovada.

Parágrafo Terceiro: Especificamente na hipótese prevista no inciso V do parágrafo primeiro, serão cobrados os respectivos custos administrativos, conforme valores homologados pela ANEEL.

Parágrafo Quarto: É facultado à CEEE-D a suspensão do fornecimento de energia **após prévia comunicação formal ao CONSUMIDOR**, quando:

(I) houver impedimento de acesso para fins de leitura, substituição de medidor e inspeções, devendo a CEEE-D notificar o CONSUMIDOR;

(II) não forem executadas as correções indicadas no prazo informado pela CEEE-D, quando da constatação de deficiência não emergencial na unidade consumidora, em especial no padrão de entrada de energia elétrica;

(III) não forem executadas as adequações indicadas no prazo informado pela CEEE-D, quando, à sua revelia, o CONSUMIDOR utilizar na unidade consumidora carga que provoque distúrbios ou danos ao sistema de distribuição, ou ainda às instalações e equipamentos elétricos de outros consumidores;

(IV) não houver pagamento de qualquer fatura emitida com base no presente CONTRATO;

(V) não pagamento de serviços cobráveis;

(VI) descumprimento da apresentação de garantias, nos termos da **CLÁUSULA SÉTIMA**;

(VII) não pagamento de prejuízos causados nas instalações da CEEE-D, cuja responsabilidade tenha sido imputada ao CONSUMIDOR, desde que vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica;



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

(VIII) quando houver recusa injustificada do consumidor a assinar contratos ou aditivos necessários.

Parágrafo Quinto: Especificamente nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do parágrafo quarto, a notificação deverá obedecer a antecedência mínima de 03 (três) dias;

Parágrafo Sexto: Especificamente nas hipóteses previstas nos incisos IV, V e VII do parágrafo quarto, a notificação deverá obedecer a antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

Parágrafo Sétimo: Especificamente na hipótese previsto VI do ágrafo quarto, em especial no caso de persistir a inadimplência por prazo superior a 15 (quinze) dias após a execução da garantia aportada pelo CONSUMIDOR, a CEEE-D suspenderá o fornecimento de energia elétrica até o integral adimplemento do montante devido.

Parágrafo oitavo: Especificamente na hipótese do inciso VIII do parágrafo quarto, a notificação deverá ocorrer por 02 (duas) vezes em um prazo de 90 (noventa) dias, sendo que, a partir do ciclo de faturamento subsequente à primeira notificação, a concessionária poderá suspender a aplicação de eventuais descontos a tarifa, considerar para a demanda faturável, por posto tarifário, o maior valor dentre a demanda medida no ciclo e as demandas faturadas nos últimos 12 (doze) ciclos de faturamento, aplicar as tarifas da modalidade tarifária em que a unidade consumidora estava enquadrada ou, na falta desta, as tarifas da modalidade tarifária azul, bem como indeferir solicitações pertinentes ao fornecimento de energia ou serviços, inclusive no que diz respeito a outras unidades consumidoras do mesmo titular.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUALIDADE E CONTINUIDADE

As PARTES serão responsáveis pela qualidade da energia elétrica dentro dos limites de desempenho de seus sistemas, sob pena de incidência das penalidades legais.

Parágrafo Primeiro: Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à CEEE-D, por prejuízos que o CONSUMIDOR eventualmente venha a sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Segundo: O CONSUMIDOR deve realizar a operação e manutenção de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais acessantes.

Parágrafo Terceiro: O CONSUMIDOR deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme as orientações da CEEE-D e na falta destas, conforme o PRODIST.

Parágrafo Quarto: O CONSUMIDOR deve informar previamente à CEEE-D todas as modificações em equipamentos em suas instalações de conexão que alterem as suas características técnicas.

Parágrafo Quinto: Havendo necessidade de manutenção das instalações elétricas da unidade consumidora, o CONSUMIDOR será responsável pela devida comunicação à CEEE-D, bem como deverá submeter à análise e aprovação de quaisquer alterações do projeto original, visando ao atendimento dos padrões técnicos e especificações do sistema de distribuição da CEEE-D.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

Caso as partes não cheguem a um acordo, as controvérsias existentes poderão ser dirimidas pela ANEEL, a qual atuará como instância administrativa final, tendo competência para analisar e decidir questões do presente CONTRATO, de qualquer tipo e natureza, acompanhada de toda a documentação e informação envolvendo a celeuma.



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

O presente CONTRATO pode ser rescindido de pleno direito por comum acordo entre as PARTES.

Parágrafo Primeiro: O presente CONTRATO pode ser encerrado, a critério do CONSUMIDOR, mediante comunicação formal à CEEE-D com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua renovação.

Parágrafo Segundo: O encerramento contratual antecipado, mediante comunicação formal, implicará as seguintes cobranças:

I. valor correspondente ao faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do contrato, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da tarifa de energia e da bandeira tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos.

Parágrafo Terceiro: O disposto neste artigo não exime o consumidor do ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados relativos ao cálculo do encargo de responsabilidade da distribuidora e de outras cobranças estabelecidas nesta Resolução ou em normas específicas.

Parágrafo Quarto: O presente CONTRATO será rescindido, também, nos seguintes casos:

- a) em caso de rescisão do CUSD – CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA CEEE-D.
- b) descumprimento, pelo CONSUMIDOR, de qualquer das cláusulas e condições do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONFIDENCIALIDADE

As partes concordam que todas as informações e dados disponíveis serão consideradas confidenciais, conforme preceitua o presente CONTRATO. Ademais, as informações não serão divulgadas para terceiros, sem a anuência da parte interessada, por escrito, sabendo-se que:

- a) esta cláusula não se aplicará às informações de conhecimento público;
- b) esta cláusula não eximirá a CEEE-D de fornecer qualquer informação ao CONSUMIDOR ou à ANEEL, requeridas em conformidade com a legislação, regulamentos e procedimentos em vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente CONTRATO não poderá ser alterado, nem haver renúncia às suas disposições, salvo por meio de aditamento, por escrito, assinado por ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Qualquer aviso ou comunicação, de uma parte a outra, a respeito do presente CONTRATO, deverá ser feita por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviada pelo correio, no que diz respeito à CEEE-D, para o Serviço de Grandes Clientes e Perdas Comerciais, Área de Distribuição da CEEE-D sito à Av. Joaquim Porto Villanova, Nº 201 - Porto Alegre/RS, ou meio eletrônico grupoa.grm@ceee.com.br, e no que diz respeito ao CONSUMIDOR, para Av. Cel Aparício Borges, 2264, Porto Alegre/RS, CEP 90680570. Entretanto, em qualquer caso, deve ser feita prova do seu recebimento pelas PARTES.



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

Parágrafo Segundo: Os casos omissos no presente CONTRATO relativos às condições de fornecimento serão resolvidos pela CEEE-D de acordo com o estipulado na legislação vigente sobre energia elétrica, cabendo ao CONSUMIDOR recurso à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Parágrafo Terceiro: Vindo a ser alterada, durante a vigência deste CONTRATO, a legislação específica sobre energia elétrica, de forma a repercutir nos ajustes constantes do presente instrumento, considerar-se-ão automática e imediatamente alteradas as Cláusulas que contrariarem as novas determinações legais, sem que haja necessidade, para tanto, de qualquer comunicação prévia ao CONSUMIDOR.

Parágrafo Quarto: Fica vedada a cessão de direitos ou obrigações derivadas do presente CONTRATO sem o prévio consentimento da outra PARTE.

Parágrafo Quinto: Na hipótese da CEEE-D vir a ser penalizada por qualquer órgão e/ou entidade de controle e fiscalização do setor elétrico, em virtude do descumprimento pelo CONSUMIDOR das obrigações e demais encargos ajustados no presente CONTRATO, o CONSUMIDOR ficará obrigado a ressarcir à CEEE-D, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os montantes relativos à multa aplicada, bem como, em caso de aplicação de outra penalidade, responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas incorridas pela CEEE-D para sua defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis no caso.

Parágrafo Sexto: O CONSUMIDOR se obriga a manter atualizados os dados cadastrais da unidade consumidora junto à CEEE-D, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, sob pena de eventuais responsabilidades por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de energização da unidade consumidora ou, já estando esta previamente energizada, da data de assinatura do presente instrumento. Este prazo considerar-se-á automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, se, pelo menos 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento, nenhuma das partes avisar a outra, por escrito, a intenção de não dar continuidade ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

Fica eleito entre as partes o Foro de PORTO ALEGRE, para dirimir eventuais litígios ou ações decorrentes do presente processo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TERMO FINAL

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se o presente CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinados por ambas as partes e testemunhas, depois de lido, conferido e achado, conforme todos os seus termos.

Porto Alegre, 03 de Outubro de 2017.



CONTRATO Nº CEEE-D/DGCOM/CCER/201210001250512

Pelo Cliente

Nome: ILDO MARIO SZINVELSKI
CPF: 234.709.920-53

Testemunhas:

Nome: LEONARDO SOUZA NETO
CPF: 023.877.750-23

Pela Empresa

Nome: JEFERSON DE OLIVEIRA GONCALVES
CPF: 988.580.330-00

Nome: SERGIO JUNIOR SPERANDIO
CPF: 040.546.670-04
Sergio Junior Sperandio
Supervisor SGCPC - Grupo A/GRM
Estadão (CPF: 0251-8214000)
RE: 35501-0

